

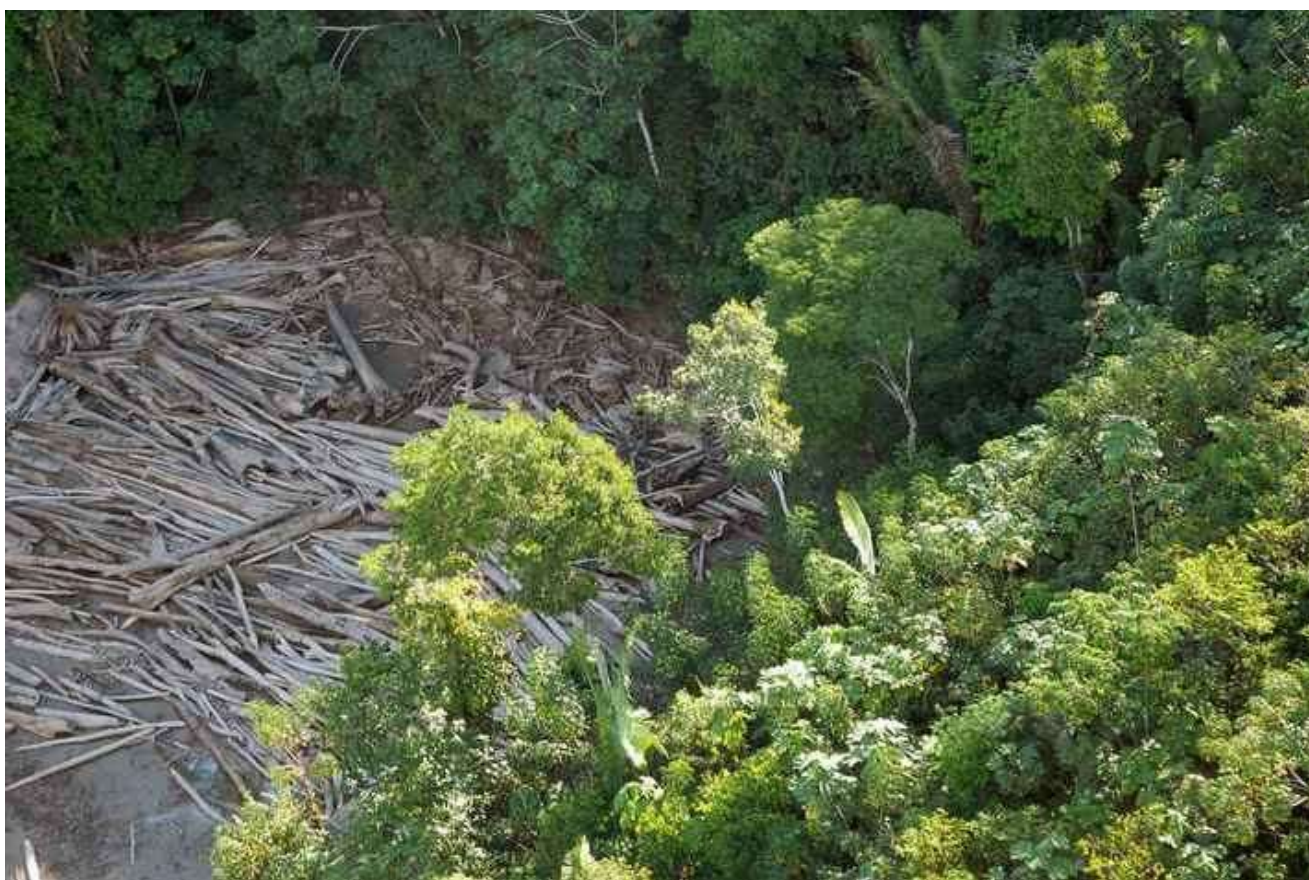
Pesquisa e Inovação

Desmatamento e impunidade: duas faces da mesma moeda

Em nota técnica, pesquisadores da UFMG descrevem o desmonte da estrutura de fiscalização ambiental e analisam suas consequências

quarta-feira, 7 de julho 2021, às 12h05

atualizado em quarta-feira, 7 de julho 2021, às 18h37



O novo Código Florestal, em vigor desde 2012, contribuiu para aumentar o desmatamento e a impunidade
Arquivo | Agência Brasil



Universidade Federal
de Minas Gerais

policy brief **Disciplina da Impunidade do Desmatamento Ilegal**, espécie de nota técnica que objetiva dar informações capazes de subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Assinado por Britaldo Soares-Filho, Raoni Rajão, Jair Schmitt e Felipe Nunes, pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) e do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (Lagesa), ambos da UFMG, o documento analisa as políticas e ações desenvolvidas durante anos e alerta para o desmonte atual dos órgãos de fiscalização e a crescente impunidade por crimes ambientais no país.

Entre os fatores que contribuíram para a impunidade pelo desmatamento ilegal, os pesquisadores citam o Novo Código Florestal, de 2012, que suspendeu parte dos 28 mil autos de infração que eram aplicados por danos cometidos contra o meio ambiente até 2008. Além disso, o Novo Código também cancelou as multas aplicadas aos produtores rurais, no caso de regularização num prazo de até 20 anos.

“Estamos colhendo os frutos dessa e de outras mudanças nas legislações. elas têm contribuído para o aumento do desmate e fortaleceram as pessoas que acreditam que podem desmatar, uma vez que passaram a perceber que sairão impunes”, explica o professor Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da UFMG.

Rajão explica que, antes da mudança do Código Florestal, a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi fundamental para garantir a punição dos crimes ambientais, reduzindo o desmatamento na Amazônia Legal. Porém, com a crise política, que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e na eleição do presidente Jair Bolsonaro, a situação piorou. Entre 2019 e 2020, reduziu-se em 43,5% a média de autos de infração contra a flora lavrados na Amazônia Legal em relação ao período de 2012 a 2018. Nesse intervalo, foram lavrados, em média, 4.620 autos anuais, frente aos 2.610 no biênio 2019-2020, apesar da elevação das taxas de desmatamento na região.

Menor responsabilização e morosidade

Segundo o *policy brief*, os órgãos de fiscalização também diminuíram a capacidade de responsabilizar os infratores. Além da unificação dos procedimentos de apuração das infrações, que antes eram feitos separadamente pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e da criação da conciliação ambiental, o processo de



**Universidade Federal
de Minas Gerais**

gimento de conflitos de interesses, uma vez que as superintendências são ocupadas por meio de indicação política.

Assim, enquanto entre 2014 e 2018 eram julgados anualmente cinco mil processos, em média, em 2019 foram julgados 113 e, em 2020, apenas 17. De forma similar, o número de multas pagas caiu de 688, em média, de 2014 a 2018, para 73 multas pagas em 2019 e apenas 13, em 2020. Como consequência, 2020 foi o primeiro ano em que o número de desembargos superou o de embargos, demonstrando que a atuação do Ibama que favorece economicamente os produtores rurais foi intensificada.

Outro fator que reduz a capacidade de responsabilização pelos danos ambientais é a falta de analistas no Ibama. O órgão não realiza concursos desde 2012 e registrou, em 2020, déficit de 2.311 cargos no corpo de funcionários, sendo 970 de analista ambiental, 336 de analista administrativo e 1.005 de técnico administrativo, todos da carreira de especialista em meio ambiente.





Universidade Federal
de Minas Gerais

POCA LISBOA | UFMG

De acordo com Rajão, os números compilados no *policy brief* mostram uma realidade que precisa mudar. “O judiciário tem papel importante para barrar o desmatamento e a impunidade ao bloquear tentativas de alterações em normas, como ocorreu quando vetou a retirada das proteções especiais dos manguezais. A sociedade civil, da qual nós pesquisadores fazemos parte, também pode contribuir documentando, estudando e denunciando os problemas. A sociedade precisa saber quem são os responsáveis pelo desmatamento, quem cria as normas e quem as fiscaliza. Só assim poderemos reverter esse quadro no futuro”, conclui.

Policy brief: *Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal*

Autores: Britaldo Soares-Filho, Raoni Rajão, Jair Schmitt e Felipe Nunes

(Luana Macieira | Com Comunicação do CSR)



Últimas notícias



Ranking THE: UFMG mantém-se como a melhor federal e a quinta universidade da AL

UFMG integra mesa sobre contribuição de povos originários e africanos na história de Minas



**Universidade Federal
de Minas Gerais**

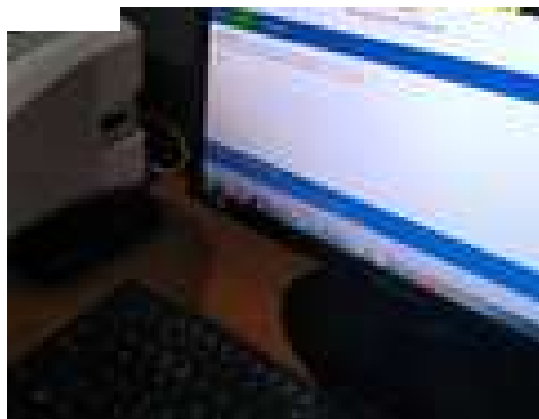


ICA tem inscrições abertas para três cursos de mestrado



Projeto da Enfermagem alerta para os perigos do consumo abusivo de álcool

Programa de desenvolvimento da graduação recebe propostas



[Ver todas as notícias >](#)

Eventos

15
jul

Quinta-feira, às 17h: outras cidades possíveis é tema da Live Boletim UFMG

15
jul

Katia Abreu e Renato Janine discutem os rumos da política no cenário pandêmico

15
jul

UFMG oferece cursos gratuitos e on-line sobre temas da educação a distância

15
jul

Projeto Pilates tem inscrições abertas para o segundo semestre

[Todos os eventos >](#)

Links relacionados

Assessoria de Imprensa

Boletim

Eventos



Revista Diversa

TV UFMG

UFMG na Rede

Redes Sociais

Cidadania



Acesso à informação

Reserva de vagas

Perguntas Frequentes

Ouvidoria

Acessibilidade e inclusão

Relatório de Gestão

Orçamento

Direitos Humanos na UFMG

Informações para segmentos

Oportunidades



Concursos

Bolsas

Redes de Oportunidades

Patentes da UFMG



Universidade Federal
de Minas Gerais

Parcerias e Convênios

Fundações de Apoio

Programas para a comunidade

Assuntos estudantis

Recursos Humanos

Esporte e Lazer

Meio Ambiente

Saúde

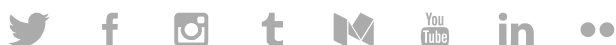
Ex-alunos

Todos os públicos

Telefones

Acesse o catálogo

Redes Sociais



Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901

